



ISSN 2359-5051

# Revista Diálogos Interdisciplinares

## GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação  
Interdisciplinar de Professores

---

### TEORIAS FEMINISTAS: ANÁLISE HISTÓRICA DAS TRANSFORMAÇÕES E LUTAS FEMINISTAS AO LONGO DOS TEMPOS

### FEMINIST THEORIES: A HISTORICAL ANALYSIS OF FEMINIST TRANSFORMATIONS AND STRUGGLES THROUGHOUT TIME

Ingrid Aparecida Gomes<sup>1</sup>

#### RESUMO

O movimento feminista evoluiu muito ao longo do tempo. A luta pelos direitos das mulheres transformou a sociedade desde o início, porém o feminismo ainda enfrenta muitas adversidades e muita resistência. Muitas pessoas ainda associam, de forma equivocada, o feminismo a ideia de superioridade das mulheres sob os homens. As lutas feministas históricas, foram essenciais para a busca por igualdade, ainda assim é válido entender que essa luta é um processo contínuo e árduo. A interseccionalidade é fundamental para entender as opressões que mulheres marginalizadas enfrentam durante as lutas e o dia a dia. Autoras como Lugones(2008), Akotirene(2019), Segato(2016), Butler (2001) e Spivak(2010) destacam a importância de considerar a intersecção de gênero, raça e classe na análise das lutas feministas. A desconstrução do patriarcado é uma tarefa contínua e de todos e a resistência feminista é vital para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Feminismo; Desigualdade de Gênero; Patriarcado

#### ABSTRACT

The feminist movement has evolved significantly over time. The struggle for women's rights has transformed society since its inception, but feminism still faces many adversities and resistance. Many people still mistakenly associate feminism with the idea of women's superiority over men. Historical feminist struggles have been essential in the pursuit of equality, yet it is valid to understand that this struggle is a continuous and arduous process. Intersectionality is fundamental to understanding the oppressions that marginalized women face in their struggles and daily lives. Authors such as Lugones (2008), Akotirene (2019), Segato (2016), Butler (2001), and Spivak (2010) highlight the importance of considering the intersection of gender, race, and class in the analysis of feminist struggles. The deconstruction of patriarchy is an ongoing task for everyone, and feminist resistance is vital for building a more just and equitable society.

**Keywords:** Feminism; Gender inequality; Patriarchy

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, [in9r1dap@gmail.com](mailto:in9r1dap@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

O movimento feminista não teve um ponto de partida único e global, muito pelo contrário, se desenvolveu ao longo dos tempos, em diferentes partes do mundo e de várias formas, como uma resposta à desigualdade de gênero, à opressão das mulheres em diversas sociedades, além de reivindicações por direitos iguais de gênero.

Esse movimento surge a partir de anseios de mulheres que criam suas identidades com base no próprio movimento, como afirma Castells apud Mansbridge (1999, p. 211)

Esse movimento cria discursivamente a identidade que inspira ativistas dos movimentos perante a qual se sente responsáveis... E é uma responsabilidade que se manifesta pela identidade... Exige que se considere o coletivo como identidade meritória cada pessoa, individualmente, como parte dessa identidade. Identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas... Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, em conjunto e leem o que outras feministas escrevem ponto falarem agir da origem às teorias de rua e as ONG de significação. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem ponto as duas experiências de transformação pessoal de interação torna nosso ministro inteiramente responsáveis ante o movimento feminista.

A mobilização pelos direitos feministas é uma poderosa forma de resistência e luta pela igualdade de gênero. Essa mobilização busca diariamente desafiar e transformar as estruturas sociais que oprimiram as mulheres ao longo da história.

Durante todo o período de lutas pelos direitos das mulheres, o feminismo sempre enfrentou críticas e resistência, pois muitas pessoas acreditam, de forma equivocada, que o movimento é uma maneira de fazer com que as mulheres sejam consideradas superiores aos homens.

A ideia errônea de que o feminismo é um grupo de mulheres bravas e que estão contra os homens é um estereótipo comum que cerca o movimento feminista, bell hooks (2018, p. 12) afirma “Na maioria das vezes, pensam que o feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que o feminismo tem a ver com direitos - é sobre de mulheres adquirirem direitos iguais.”

Quando surge a ideia de que o feminismo é sobre direitos surge também a necessidade de corrigir as injustiças enfrentadas pelas mulheres ao longo da história. A partir desse movimento surge muitos outros, como a busca por igualdade salarial, oportunidades de carreira, igualdade de gênero, etc.



## 2. PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA FEMINISTA INTERSECCIONAL

Foram muitos anos de luta para que as mulheres tivessem seus direitos reconhecidos e conseguir também uma sociedade mais justa e igualitária. Essa luta ocorre desde os primórdios dos tempos, como afirma Alves & Pitanguy (1985, p. 87) “Assim, no ano 195 D.C., mulheres dirigiam-se ao Senado Romano protestando contra sua exclusão do uso dos transportes públicos - privilégio masculino- e a obrigatoriedade se locomoverem a pé.”

Os movimentos ocorridos ao longo dos anos foram cruciais para a mobilização dos direitos feministas, mesmos que alguns deles não tenha de fato sido vitoriosos no que diz respeito às reivindicações imediatas, ainda assim foram fundamentais no que se refere a incentivar mulheres a lutar por seus direitos.

Outro exemplo que enfatiza a luta pela igualdade de gênero é a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita pela ativista política OLYMPE DE GOUGES, no ano de 1791, e que foi um dos primeiros documentos a reivindicar os direitos das mulheres, além de ter sido uma resposta à Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão.

digame, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? (...) Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu com todas as faculdades intelectuais. (...) Esta revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade (Alves, & Pitanguy, p. 102)

Esse documento sugeria diálogos afim de modificar a dura realidade vivida pelas mulheres da época e consequentemente inspirando as futuras gerações de mulheres que viriam a lutar por seus direitos, como por exemplo, o movimento feminista moderno que originou os movimentos atuais.

No século XIX, mais precisamente, no ano de 1848, houve um evento significativo no que diz respeito à luta pelos direitos das mulheres: a Convenção de Seneca Falls que começou a discutir sobre o direito das mulheres e que Passos (2017), descreveu como:

Um evento em particular marca o fenômeno mundial e chama a atenção de toda a Europa. É a Convenção de Seneca Falls, reconhecida como a primeira convenção mundial pelos direitos das mulheres. Ela ocorre em 1848, em Seneca Falls, Nova York, em uma pequena Igreja Metodista Wesleyana. O evento teve dois dias de duração e resultou na Declaração de Sentimentos assinada por 68 mulheres e 32 homens [4]. Esse documento é escrito nos moldes da Declaração de Independência do EUA e tem como primeira resolução o “direito inalienável à franquia eletiva” por parte da mulher.



Essa conferência deu início a uma série de acontecimentos que levaram ao movimento sufragista, que reivindicava principalmente o direito ao voto pelas mulheres. Alves & Pitanguy (1985), descreve o movimento sufragista como:

- (...) Uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes foi uma luta longa demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência.
- (...) Mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna essa luta um dos movimentos políticos de massa com maior significação do século XX.
- (...) Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública no momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e destituídos de renda.

Esses movimentos ao longo dos anos foram cruciais para a mobilização dos direitos feministas, mesmos que alguns deles não tenha de fato sido vitoriosos no que diz respeito às reivindicações imediatas, ainda assim foram fundamentais no que se refere à estimular mulheres a lutar por seus direitos.

As mobilizações feministas que ocorreram propuseram inúmeras estratégias que desafiaram as normas de gênero, normas de discriminação, promoveram a luta por um mundo mais justo e igualitário, além de como consequência transmitir a ideia de que as mulheres poderiam lutar por seus direitos e serem protagonistas de suas histórias, conforme descreve Barsted (2011, p. 98):

O protagonismo das mulheres na luta por sua cidadania – em busca de um tempo perdido – marcou a última metade do século XX. Não se tratava tão somente da inclusão de um novo sujeito de direitos ou da extensão para as mulheres dos direitos existentes. Tratava-se da construção de um novo direito capaz de abarcar novas demandas de um sujeito coletivo específico.

O papel ativo das mulheres na sociedade reforçou a ideia de que elas poderiam lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa. Esse entendimento conduziu a concepção de empoderamento feminino que consiste em capacitar as mulheres para que alcancem seus objetivos nos quais historicamente não poderiam.

A história das lutas e conquistas feministas são complexas, amplas e tem um impacto profundo na sociedade. Essa narrativa atravessa os tempos, desde as lutas por direitos, como o de votar, por exemplo, até as lutas atuais contra o patriarcado e a favor igualdade de gênero.

Apesar das inúmeras conquistas, ainda existem grandes desafios que perduram na sociedade. Entre eles, a luta pela igualdade salarial, a representação na política, a violência de gênero, a relação com trabalho, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, o empoderamento



econômico, etc. Esses desafios exigem uma abordagem interseccional para serem adequadamente enfrentados e superados.

Compreender esses desafios é ainda mais complexo quando entendemos o conceito de interseccionalidade, pois isso nos leva a reconhecer a diversidade entre as mulheres. Na verdade, é fundamental entender o conceito de interseccionalidade para que possamos compreender as diversas questões envolvidas.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (...) A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisar quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (Akotirene, 2019, p. 24).

Quando considerarmos os diferentes marcadores sociais (gênero, raça, classe social e outras identidades) fica claro como esses fatores se cruzam e contribuem ainda mais para a criação de diversos desafios ainda existentes em nossa sociedade e na vida de inúmeras mulheres que enfrentam a opressão ao longo da vida

a opressão social raramente anda sozinha; ela busca força e aliados em elementos específicos que demarcam diferenças. Se uma mulher é pobre, preta, periférica – podemos ainda acrescentar outras categorias, como lésbica (sexualidade), velha (geração), deficiente (capacitismo) –, o cruzamento desses marcadores de diferença atua diretamente sobre ela e seu lugar no mundo, já que ela é tudo isso ao mesmo tempo, inclusive mulher, estando situada na base de uma pirâmide social, cujo peso ela tem que suportar, enquanto o topo é ocupado por aqueles que não têm qualquer carga a assumir, como homens, brancos, heterossexuais e bem sucedidos – modelos inquestionáveis de uma tradição cultural herdada da modernidade. (Veiga, 2020, p. 05)

Judith Butler (2003) apresenta justamente uma análise crítica acerca da categoria "mulher" e questiona a ideia de um sujeito feminino que seja universal e homogêneo, além de afirmar que o gênero é uma construção social complexa

se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Judith Butler, 2003, p. 20)

As mulheres, em especial as que pertencem a grupos marginalizados, enfrentam diariamente desafios semelhantes na representação de suas vozes. Isso ocorre na forma de diversas opressões que, ao se misturarem, tornam a luta por igualdade ainda mais complexa.



Essa complexidade existe por conta da grande influência do patriarcado e a maneira como este sempre privilegiou os homens, como afirma Segato (2005, p. 272).

Isso é assim porque no longuíssimo tempo da história do gênero, tão longo que se confunde com a história da espécie, a produção da masculinidade obedece a processos diferentes aos da produção da feminilidade. Evidências em uma perspectiva transcultural indicam que a masculinidade é um status condicionado a sua obtenção – que deve ser reconfirmado com uma certa regularidade ao longo da vida – mediante um processo de prova ou conquista e, sobretudo, sujeito à exação de tributos de um outro que, por sua posição naturalizada nessa ordem de status, é percebido como o provedor do repertório de gestos que alimentam a virilidade.

Os padrões impostos pelo sistema do patriarcado resultaram em imposições de papéis de gênero rígidos, onde as mulheres eram frequentemente consideradas inferiores e subordinadas aos homens brancos colonizadores. Infelizmente, mesmo anos depois, essas ideias ainda persistem no cotidiano, Quijano(2005, p.117) descreve essas relações:

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

É fundamental combater o machismo e buscar a igualdade de gênero, reconhecendo a influência histórica do colonialismo e do patriarcado em nossa sociedade. É essencial trabalhar para desmistificar essas formas de opressão, promovendo o respeito e a igualdade de gênero. Segundo Beauvoir(1970, p.81):

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão.

Ainda acerca da visão predominante entorno de gênero Lugones (2008, p.93), a visão descreve que. o controle é exercido pelo patriarcado como uma forma de autoridade e controle sobre a produção com base no capitalismo. Essa escolha é ocorre pela influência da civilização nos processos de identidade e sociedade, fazendo com que haja um controle dentro de relações interpessoais.

Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero. Para entender essa redução e a estrutura da racialização e o enegrecimento, precisamos pensar em que medida a organização social do “sexo” pré-colonial inscreveu a



diferenciação sexual em todos os âmbitos da vida, inclusive no saber e nas práticas rituais, na economia, na cosmologia, nas decisões de governo interno e externo da comunidade (Lugones, 2008, p.93).

## 2.1 Feminismo no Brasil

No Brasil, o movimento feminista não teve tanta visibilidade social como os movimentos exteriores, ainda assim fora de suma importância para a defesa pela igualdade de gênero no país. Para Duarte (2003), a história do feminismo é pouco contada e, por este motivo, não é tão conhecida

Mas se a história do feminismo não é muito conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada. A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentariamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé (Duarte, 2003, p.152).

A falta de informação acerca dos movimentos feministas contribuiu para uma compreensão errônea de que o feminismo seria uma série de eventos isolados ao invés de um movimento contínuo com raízes profundas e que abrange vários contextos e lutas em diferentes épocas ao longo dos anos.

O movimento pelos direitos das mulheres no Brasil começou no século XIX e entregou bases importantíssimas para as futuras lutas a favor da igualdade de gênero no país. As mulheres precisaram lutar por educação, o que até o momento era direito reservado apenas aos homens.

No ano de 1827, as feministas conseguiram que fosse aprovada uma lei que permitia a criação de escolas públicas femininas, um grande feito para a época. Mesmo assim o direito de cursar uma faculdade só foi obtido no ano de 1879.

Com a conquista do direito ao estudo as vidas de muitas mulheres mudaram. Essa grande mudança foi gigantesca para a luta feminista, mesmo que nessa época ainda não soubessem o que significava essa palavra. Muzart (1999) afirma que “[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão.”

Ainda no século XIX, começou a circular no Brasil, um jornal que, mesmo não permanecendo ativo por muito tempo, foi o início da luta para a conquista do voto feminino. O “Jornal das Senhoras”, que era um jornal redigido apenas por mulheres



O Jornal das Senhoras nasceu em meio à essa conjuntura, a qual, por meio do binômio público/privado, as mulheres eram “excluídas” de alguns espaços, a exemplo da imprensa. Fundado em 1852, o referido periódico constituindo-se como o primeiro periódico escrito e dirigido por uma mulher, além de ser destinado ao público feminino. Jornal semanal foi publicado durante quatro anos consecutivos, de 1852 a 1855, e seus exemplares se encontram disponíveis para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. (Rodrigues, 2017, p.64)

O Jornal das Senhoras representou um marco grandioso e significativo na história das lutas femininas no Brasil. Ao criar e organizar o jornal, as mulheres da época desafiaram a exclusão de locais como a imprensa pública e também passaram a ser protagonistas apresentando suas vozes na sociedade da época:

a imprensa feminina tornou-se não só um canal de expressão eficaz para as sufocadas vocações literárias das mulheres, mas exerceu ainda uma função de conscientização, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” Todos eles foram importantes instrumentos na conscientização das mulheres, pois divulgavam o que ocorria nos outros países, faziam circular os textos entre si, davam notícias de livros, da abertura de escolas, e apoiavam as iniciativas das companheiras. Enfim, criaram, concretamente, uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual (Duarte, 2005, p.229).

No ano de 1890, período após a criação do Jornal das Senhoras, destaca-se uma mulher chamada Josefina Álvares de Azevedo, que foi uma jornalista, escritora e precursora do feminismo no Brasil. Ela escreveu e encenou uma peça chamada “O voto feminino”, que foi publicada em uma revista chamada “A família”. A peça representa o princípio do movimento sufragista brasileiro em uma época no qual a participação feminina na política não existia.

Em 1932 a luta sufragista brasileira obteve uma vitória fervorosa, representando uma conquista decorrente da persistência e luta de mulheres que batalhavam pelo direito do voto. Ainda neste ano, o sufrágio feminino foi assegurado pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro, representando uma vitória decorrente da persistente luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto.

A conquista do direito ao voto tornou-se possível graças à organização de movimentos feministas no início do século XX, os quais desempenharam um papel intenso e incansável no movimento sufragista. Esses movimentos foram influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos Estados Unidos e na Europa pelos direitos políticos.

O voto foi uma ferramenta essencial para ampliar a representação de mulheres na política e, por consequência na construção de projetos que visam o desenvolvimento social. O reconhecimento do direito ao voto feminino garantiu que as mulheres fosse incluídas nas decisões que moldam o curso do país.

A demora para que o Brasil aprovasse o voto feminino reflete um contexto histórico de





resistencia, patriarcalismo e desigualdades de gênero enraizadas. A luta pelo voto foi marcada por conscientização, protagonismo, ativismo e mobilização.

Quando as feministas conseguiram o direito de votar, o Brasil avançou de forma categórica na direção da igualdade de gênero. Ainda assim, essa conquista representou somente o início de uma árdua jornada no enalço de plenos direitos e oportunidades para as mulheres na sociedade.

Apesar das conquistas obtidas, a discussão feminista precisava ainda de muitas luta e perseverança, considerando o o feminismo da época pode ser visto hoje em dia como um feminismo conservador, visto que as feministas lutavam pelo direito ao voto, direito de trabalhar, igualdade de gênero, porém não abordavam a temática que tratava de liberdade sexual

Durante a década de 60, surgiram as primeiras organizações femininas a se organizar no Brasil, que, ainda mantinham traços conservadores podendo ser observados na maior parte dos primeiros estatutos que defendiam apenas o espaço no mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos, repudiando a discussão a respeito da liberdade sexual, num contexto histórico em que se primava pela ordem pública (Cruz,2009, p.06).

As questões acerca da liberdade sexual só passaram a ser discutidas a partir dos anos 1970:

Os anos 70 marcaram uma reviravolta no movimento feminista, que passou a colocar como um dos eixos da sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes. (Goldenberg, 2001, p.05)

Nos anos 60 e 70, houve uma mudança de foco na luta feminista, uma vez que o direito ao voto já havia sido conquistado. O movimento, que inicialmente se centralizava na busca por direito a educação, começou a debater a complexa questão das relações entre homens e mulheres e a necessidade de reformular os padrões sexuais que estavam em vigor naquele momento.

Pela primeira vez elas trazem um discurso direto sobre sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres. O tema da violência doméstica, também passou a ser problematizado e compreendido como um mecanismo de controle social. O debate sobre este assunto se esvai do âmbito privado e ganha visibilidade em escala nacional ao mesmo tempo em que o próprio movimento feminista ganha espaço em pautas públicas, universidades. Outro ponto que começa a ser abordado é a liberdade de autonomia para as mulheres decidirem sobre seu corpo, sua vida (Moreira, 2016, p.11).

Nessa conjuntura, o movimento feminista brasileiro passou a começar a discutir sobre as dinâmicas de poder e as relações interpessoais entre homens e mulheres. Essa mobilização passou a explorar as normas comportamentais que existiam na sociedade da época e intenção



do movimento feministas começou a ser a necessidade de reformulação dos padrões sexuais.

Mesmo com as narrativa estigmatizantes da época, a luta feminina continuou e em meio a um cenário turbulento e, no ano de 1985 criou-se a primeira Delegacia da Mulher, na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa da criação da delegacia representou um reconhecimento das necessidades que existia na vida das mulheres da época.

Em suma, a história do movimento feminista no Brasil é complexa e, por vezes subestimada. Ao longo dos tempos, as mulheres brasileiras enfrentaram muitos desafios, desde a conquista do direito a educação, passando pela conquista do direito ao voto até chegar a conquista do reconhecimento de igualdade pela justiça de acordo com a Constituição Federal.

A história do feminismo no Brasil que por muitas vezes foi silenciada, merece ser lembrada como uma história de resistência e conquistas. Mesmo com os inúmeros avanços ao longo dos tempos, a luta por igualdade de gênero deve ser continua e ocorrer todos os dias para transformar a sociedade atual em uma sociedade em que não exista diferenças entre homens e mulheres.

A igualdade de gênero é uma luta coletiva que envolve todos os indivíduos, independentemente de seu gênero. É necessário superar as limitações impostas pelos padrões machistas que estão enraizados na cultura e na sociedade, construindo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.

É fundamental fortalecer as discussões sobre a violência contra as mulheres, pois essa é a base para a construção de políticas públicas eficazes, educação com foco na perspectiva de gênero e construção de uma cultura de respeito e valorização as mulheres em toda a sociedade.

Entretanto, fica evidente que existem muitas lacunas entre as políticas de proteção e a realidade vivida pelas mulheres, indicando a persistência de desafios significativos, é indiscutível que a necessidade de abordagens mais eficazes e abrangentes para combater a exploração e a violência de gênero ainda persiste na nossa sociedade.

É essencial investir em medidas que vão contra as raízes da violência como, por exemplo, discriminação de gênero e cultura do machismo, além de promover a autonomia as mulheres. Também é fundamental que as vozes das mulheres sejam ouvidas ao invés de serem subalternizadas e marginalizadas, pois mesmo tendo conquistado direitos, ainda há muito para conquistar, Spivak (2010, p. 66) faz uma reflexão acerca da fala para pessoas subalternizadas

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual duplamente obliterado. A questão não é da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos casos, há evidência. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero



mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (...) Pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que não possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira ao oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante [...] A questão que se apresenta é: como podemos tocar a consciência do povo, mesmo quando investigamos sua política? Com que voz-consciência o subalterno pode falar?

Existe ainda, uma difícil tarefa que é fazer com que a sociedade desapegue do modelo patriarcal existente e essa desconstrução é essencial para que possa haver a promoção da igualdade de gênero. É preciso desmistificar os estereótipos que estão enraizados na sociedade de que a mulher é submissa, Silva (2013, p.121) nos traz uma reflexão acerca desse assunto

O patriarcado, então, passou a funcionar como um jogo de relações sociais entre os homens e instituiu normas gerais de valoração dos gêneros, com prejuízos, historicamente irreparáveis para as mulheres. O pai, o irmão, o marido e o filho se encontram, ainda, em posições superiores à mulher. Por um longo período de tempo, assinaram pelas mulheres, falaram por elas e, ainda, deram-lhes o nome; diante das mulheres, sentaram-se nos melhores lugares, comeram o que havia de melhor; tinham liberdade de ir e vir a qualquer hora e em qualquer lugar; puderam amar mais de uma mulher sem medo e sem vergonha; em vida, eram, sozinhos, os donos da riqueza, mesmo que esta tivesse sido produzida por toda a família, que somente vinha a ter a posse quando o “cabeça” falecia; a transmissão das riquezas e do poder, através do sistema de hereditariedade, os favoreceu com prioridade absoluta; a palavra de decisão na família foi um de seus maiores patrimônios. Enfim, os homens exerceram o poder em detrimento das mulheres.

A desconstrução do patriarcado não é somente uma tarefa intelectual, mas sim coletiva em busca da igualdade de gênero. Essa desconstrução é uma tarefa que necessita da participação de toda sociedade. A desconstrução do patriarcado não pode ser apenas um movimento teórico, mas sim uma luta coletiva, dia após dia para podermos ter uma sociedade justa e igualitária para homens e mulheres de todos os lugares, etnias, raças, cores, orientações sexuais, etc.

## **2.2 Luta pelo fim do controle sobre os corpos femininos**

Atualmente vivemos em um tempo marcado por um retrocesso alarmante no que se refere ao direito das mulheres, um exemplo disso é o Projeto de Lei (PL) 1.904/2024, que está em tramitação na Câmara dos Deputados e propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, punindo a mulher vítima de estupro que interromper a gravidez com pena de até 20 anos de prisão.

É lamentável ver que o corpo feminino é pauta de debater acalorados e muitas vezes



absurdos. É ainda mais lamentável perceber que esse debate parte de homens que estão em cargos de poder que nos representam. Esses homens são guiados, na grande maioria das vezes, por ideologias conservadoras e misóginas e, por conta de seus lugares privilegiados de fala e de poder, acabam tentando controlar as mulheres em todos os aspectos de sua vida

O debate acerca do aborto gira não só acerca de uma questão pública de saúde, mas também em torno do controle do corpo feminino e da liberdade de escolha além da autonomia das mulheres. A luta pelo controle de natalidade é um direito fundamental conquistado pelas mulheres, Angela Davis (2016) nos faz uma reflexão acerca desse direito:

O controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Uma vez que o direito ao controle de natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão (Davis, 2016 p.198).

A mulher que tem controle de natalidade ou controle de reprodução, pode tomar decisões com consciência sobre sua vida, seus projetos e sua carreira e essa autonomia é fundamental para se construir uma sociedade mais justa e igualitária. As normas de gênero, são ferramentas de controle social que servem para perdura a desigualdade e a subordinação feminina.

As mulheres tem lutado lutam por sua autonomia corporal com organização social, mobilização política e argumentação acerca das normas opressoras. Essa resistência é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Michel Foucault (1979), em seu livro sobre a biopolítica e a governamentalidade, explora justamente essa ideia de como os estados modernos exercem controle sobre a vida biológica das populações. Assim como está ocorrendo com a criação do Projeto de Lei (PL) 1.904/2024.

Nas ideias defendidas por Foucault(1979) o estado regula aspectos como saúde, reprodução e mortalidade, uma perspectiva crucial para compreender as dinâmicas de poder que afetam as mulheres de forma desproporcional. Essa perspectiva se conecta diretamente com as lutas feministas, que ao longo do tempo têm enfrentado o controle sobre os corpos femininos.

As lutas pelos direitos reprodutivos e contra a violência de gênero exemplificam formas de resistência ao biopoder e destacam a importância de se combater formas opressoras para alcançar a igualdade de gênero.



### 3. DESENVOLVIMENTO

Como já foi debatido, o movimento feminista foi marcado por diversas lutas ao longo do tempo. A busca por igualdade de gênero, tem sido mais debatida e um dos motivos que podem ter levado esse assunto a se intensificar são as demandas sociais e as políticas que estão se tornando também cada vez mais complexas. A interseccionalidade tem cada vez mais apresentado ser fundamental para entender esse movimento. Collins (2001) apud Akotirene (2019, p.27), descreve sobre a perspectiva da interseccionalidade:

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisase quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade.

A interseccionalidade é uma forma de percebermos que a opressão não é uma experiência isolada e sim várias formas de relações de poder como patriarcado e capitalismo que se unem e se reforçam a opressão. Logo, devemos sempre considerar as diversas identidade das mulheres e as muitas formas de discriminação que estas enfrentam.

Este artigo, tem como objetivo analisar o movimento feminista através da perspectiva da interseccionalidade, mostrando como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam a vida das mulheres, tal como os procedimentos que as mulheres utilizam para enfrentar essas formas de opressão.

A pesquisa tem um caráter bibliográfico, com análise de livros, artigos científicos e materiais produzidos pensando nos movimentos feministas. Os dados debatidos foram coletados a partir de trabalhos que abordam a interseccionalidade e o movimento feminista. A análise dos trabalhos mostrou a complexidade das experiências das mulheres ao longo dos anos, além de considerar também as muitas formas de opressão entrelaçadas.

Os resultados demonstram que a interseccionalidade é necessária para que possamos entender as desigualdades de gênero e as lutas por direitos iguais. Além disso, mostra também que as mulheres de diferentes grupos sociais sofrem adversidades mais específicas e que as lutas devem ser adaptadas à suas realidades.

Entretanto, ainda verifica-se uma resistência de introduzir a perspectiva interseccional ao movimento feminista, como por exemplo, a necessidade de desconstruir categorias



hierárquicas dentro do próprio movimento e de construir vínculos resistentes com outros movimentos sociais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres tiveram que lutar diversas vezes por seus direitos, desde o direito ao voto até a luta contra a violência de gênero. A interseccionalidade é fundamental para o feminismo, através dela devemos entender e considerar as diferentes opressões que se cruzam a vidas das mulheres, como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero.

Apesar das conquistas históricas, ainda existem muitos desafios nos quais as mulheres deverão enfrentar, como por exemplo a luta pelo fim do controle sobre os corpos femininos, especialmente em questões de saúde reprodutiva. Projetos de lei como o PL 1.904/2024 exemplificam os desafios atuais e a resistência feminista contra projetos retrógrados como esse é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O movimento feminista tem uma trajetória complexa e cheia de luta contra a desigualdade de gênero e contra a opressão de mulheres em todo o mundo. O movimento reivindica os direitos das mulheres e desafiam as estruturas patriarcais nas quais as mulheres são submetidas. Somente através da união o movimento feminista continuará a vencer as barreiras que existem e as que ainda podem surgir.

#### 5. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALVES, Branca Moreira.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BARSTED, Leila Linhares. **Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/funag/transparencia/boletim-interno-arquivos/boletins-internos-2011/07-boletim-interno-julho2011.pdf/view>. Acesso em 30 mai. de 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1970.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 2ª ed. Nova York: Routledge, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. 2016.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de janeiro de 1979. In. **Nascimento da Biopolítica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é pra todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, nº 9, p. 73-101, jul/dez. 2008. Disponível em <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em 8 abr. 2022

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). Margarida Alves. **Coletânea sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des Droits de la femme et de la citoyenne**. Disponível em: <http://www.siefar.org/wp-content/uploads/2015/09/Gouges-D%C3%A9claration.pdf>. Acesso em: 30 mai. de 2024.

PASSOS, Isabella. **A participação cristã no direito das mulheres ao voto**. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/a-participacaocrista-no-direito-das-mulheres-ao-voto/2>. Acesso em: 30 mai. de 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em 28 mai. de 2024.

RODRIGUES, Elizabete Silva.; ARAS, Lina Maria Brandão. **Resistência inventiva**: as mulheres fumageiras. Gênero, mulheres e feminismos. Alinne Bonetti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.) Salvador: EDUFBA:NEIM.Coleção Bahianas;14. 2011.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid/Argentina: Traficantes de Sonhos, 2016.

SILVA, Elisabeth. Rorigues. da. Resistência inventiva das mulheres fumageiras do recôncavo baiano. **Revista Feminismos**. [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29922>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

VEIGA, Ana Maria. **Uma virada epistêmica feminista (negra)**: conceitos e debates. Tempo e Argumento Florianópolis: UDESC, v. 12, n. 29, 2020.